

**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº  
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A  
EMPRESA .....**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 18.842/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 088/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de Equipamentos de Lavanderia, para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro**, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

1.1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1							

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correlato, correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos.

4.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

4.1.2. Fonte de Recurso – 0000 – ordinário

4.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

4.2.1. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.1030200702189

4.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

7.1 A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

7.2 Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

7.3 A empresa vencedora deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no país.

7.4 Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela empresa vencedora.

## **8 CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO**

- 8.1 A empresa vencedora deverá atender a todas a ordem de entrega e instalação expedida pela Unidade Requisitante.
- 8.2 Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 8.3 A entrega e instalação deverá ser realizada no Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro, localizado na Travessa Antônio Fernandes Moreira, nº 12, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h:00m às 17h:00m.
- 8.4 Os equipamentos constantes no subitem 2.1 do Termo de Referência correlato anexo deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.
- 8.5 Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à empresa vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 7 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.
- 8.6 Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.
- 8.7 No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.
- 8.8 Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.
- 8.9 No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):
- 8.9.1 Manual de operação;
  - 8.9.2 Manual de serviços;
  - 8.9.3 Esquemas eletrônicos;
  - 8.9.4 Procedimentos de calibração;
  - 8.9.5 Procedimentos de manutenção preventiva;
  - 8.9.6 Certificado de garantia;
- 8.10 **CONDIÇÕES GERAIS**

8.10.1A empresa vencedora deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamento.

8.10.2A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

8.10.2.1 Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no País.

8.10.2.2 Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

8.10.2.3 Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos, hidráulicos, de gás, vapor ou ar comprimido) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

8.10.2.4 Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber bem como

8.10.2.5 Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

8.10.2.6 Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

8.10.2.7 Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

8.10.2.8 O equipamento deverá estar adequado a todas as normas de segurança regulamentada pela NR 12 do Ministério do Trabalho que trata da segurança dos operadores dentre os quais

8.10.2.9 Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

8.10.2.10A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa vencedora .

8.10.2.11A empresa vencedora deverá prestar, sem custos à Contratante, assessoria científica e oferecer treinamento das equipes para a utilização do equipamento, dentro da vigência de garantia.

8.10.2.12 Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeitos, durante a vigência da garantia.

8.10.2.13 Ademais, a empresa vencedora deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

8.10.2.14 Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

8.10.3A empresa vencedora deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

8.10.4 A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220/380v.

8.10.5 Para a conclusão das instalações a empresa vencedora , ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos à equipe de acompanhamento.

8.10.6 Os custos referentes à pré-instalação e instalação, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer na adequação do estabelecimento de saúde ou durante as instalações dos equipamentos (quando são adquiridos produtos para a interface ou interconexão, controle ambiental ou proteção de interferências), incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela empresa vencedora , serão integralmente pagos por esta.

#### 8.11 DO TREINAMENTO

8.11.1 A empresa vencedora oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos adquiridos, sem custo adicional para a Contratante.

8.11.2 Caso a Unidade Requisitante considere necessário, a empresa vencedora oferecerá treinamento aos funcionários da Contratante para a realizar serviços de manutenção.

8.11.3 Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante serão integralmente pagos pela empresa vencedora , estando incluídos os custos com o treinamento a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da empresa vencedora , bem como o possível uso de material didático.

#### 8.12 DA DOCUMENTAÇÃO

8.12.1 Os fiscais responsáveis pelo recebimento, acompanhar a instalação e emitir aceitação dos equipamentos médico-hospitais, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

8.12.2 Os Fiscais deverão realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

8.12.3 Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

8.12.3.1 Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

8.12.3.2 Assegurar que as manutenções preventivas serão executadas nas datas previstas.

8.12.3.3 Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando freqüentes avarias aos equipamentos.

8.12.3.4 Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

8.12.3.5 Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados.

8.12.4 Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

8.12.5 A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da empresa vencedora para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

## **9 CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da entrega e instalação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e/ou instalação, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

9.2 Para acompanhamento e fiscalização das obrigações da Empresa vencedora, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

**Fátima Minervino de Nóbrega – Mat. 207.249 – Fiscal Titular**

**João Batista Bezerra – Mat. 299.173 – Fiscal Substituto**

9.3 O fiscal do contato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com os equipamentos, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do ato.

9.5 A verificação da adequação da entrega e instalação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **10.1 Das obrigações da Contratante:**

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2 Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

10.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos

10.1.4 Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa vencedora , através de servidor especialmente designado;

10.1.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto;

10.1.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa vencedora .

10.1.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa vencedora , de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10.2 Das obrigações da Contratada:**

10.2.1 Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

10.2.2 Efetuar a entrega e instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.6 do Termo de Referência correlato.

10.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

10.2.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 07 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

10.2.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

10.2.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

10.2.7 Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do ato.

10.2.8 Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.9 Manterem compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



10.2.10 Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

11.2 Comete infração administrativa:

11.2.1 Apresentar documentação falsa;

11.2.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.2.3 Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;

11.2.4 Não mantiver a proposta;

11.2.5 Cometer fraude fiscal;

11.2.6 Comportar-se de modo inidôneo;

11.3 Consideram-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.4 O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

11.4.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.4.2 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

11.5 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.6 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

11.7 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

12.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do ato:

12.2.1 Atraso injustificado na entrega e instalação, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

12.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

12.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

15.1 Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

17.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de referência e

Edital, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

**18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS.**

18.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

19.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

20.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: